

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.829, DE 2007

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para alterar a autoridade julgadora do recurso relativo a Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado SEBASTIÃO BALA
ROCHA

I - RELATÓRIO

Vem à Câmara dos Deputados, para a revisão prevista no art. 65 da Constituição, o Projeto de Lei nº 1.829, de 2007, originário do Senado Federal, onde tramitou sob o nº 73, de 2006, tendo por Autor o Senador Flávio Arns. O referido projeto tem por intuito alterar a autoridade competente para apreciar recurso contra decisão do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, em processos referentes à concessão ou à renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Nos termos do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, a competência em questão é atualmente atribuída ao Ministro da Previdência Social. De acordo com o projeto sob exame, a apreciação dos referidos recursos passaria à alçada do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.



87A29DA140

Cumprido o prazo regimental para apresentação de emendas, nenhuma foi oferecida. Cabe a esta Comissão manifestar-se, na presente oportunidade, sobre o mérito do Projeto de Lei nº 1.829, de 2007.

II - VOTO DO RELATOR

Na justificação do projeto, defende o Senador Flávio Arns que a atribuição de competência ao Ministro da Previdência Social para apreciar recursos contra decisões do CNAS, em processos referentes à concessão ou à renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, teria resultado de mero equívoco do legislador, ao editar a Lei nº 10.684, de 2003, o que fundamentaria a alteração determinada pelo projeto.

Preliminarmente, deve-se assinalar que o Projeto de Lei nº 1.829, de 2007, poderá vir a ter sua constitucionalidade questionada. De fato, ao dispor sobre a competência de Ministros, o projeto estaria violando a iniciativa privativa do Presidente da República em leis sobre tal matéria. Entretanto, face ao que determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, caberá à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se oportunamente a esse respeito.

Ocorre que, também no que concerne especificamente ao mérito, a alteração de competência determinada pelo projeto, de um para outro Ministro de Estado, é controvertida. Uma das principais consequências da emissão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social é a concessão, em favor da entidade assim distinguida, de isenção da cota patronal da contribuição à previdência social. A emissão daquele certificado acarreta, assim, renúncia de receita previdenciária, cujo montante ultrapassou R\$ 4,4 bilhões, no exercício de 2007, e R\$ 4,3 bilhões, no exercício de 2006, conforme consta dos respectivos “*Resultados do Regime Geral de Previdência Social*”, acessíveis no sítio do Ministério da Previdência Social na Internet.



Justifica-se, por esse motivo, a competência presentemente outorgada ao Ministro da Previdência Social, que tem a incumbência de zelar pelo custeio do sistema previdenciário. A opção adotada pelo legislador, nesse sentido, afigura-se portanto plenamente coerente e legítima, não sendo de acreditar que tenha sido decorrente de mero equívoco, como sugere a justificção do projeto subscrita pelo Senador Flávio Arns.

Ante o exposto, considero ser preferível preservar afeta àquele Ministro a competência para apreciação de recursos contra decisões do CNAS, referentes à emissão de certificados. Submeto a este colegiado, por conseguinte, meu voto pela rejeição, no mérito, do Projeto de Lei nº 1.829, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado SEBASTIÃO BALA ROCHA
Relator



ArquivoTempV.doc

